

**CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE
SANEAMENTO**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CONASA - Companhia Nacional de Saneamento
Londrina - PR

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **CONASA - Companhia Nacional de Saneamento (“Companhia”)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **CONASA - Companhia Nacional de Saneamento** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.4 às demonstrações contábeis, em decorrência da adequação de suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, estas estão sendo reapresentadas como previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Continuidade normal dos negócios das investidas

Em 31 de dezembro de 2014, a Controlada Águas de Santo Antônio S.A. apresenta capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo findo naquela data, nos montantes de R\$ 1.576 mil e R\$ 3.583 mil, respectivamente, e a coligada Urbeluz Energética S.A, apresenta capital circulante líquido negativo, prejuízos acumulados e prejuízos no exercício findo naquela data, nos montantes de R\$ 2.020, R\$ 9.025 mil e R\$ 6.247 mil, respectivamente. A Administração da controlada está empenhada no sentido de reverter à situação. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios das investidas, considerando o cumprimento de suas obrigações e realização de ativos ou a manutenção do suporte financeiro de seus acionistas e credores, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas mantêm relações e transações relevantes com partes relacionadas e, entre elas, representadas substancialmente por empréstimos financeiros e operações comerciais, cujos valores são pactuados entre as partes, com o objetivo de cumprimento de suas obrigações de curto prazo e atendimento as suas obrigações contratuais, respectivamente. As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de registros separados mantidos pela Companhia, sendo que os resultados poderiam ter sido diferentes, caso estas transações tivessem sido realizadas com terceiros. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Em 24 de abril de 2015, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria com ressalva relacionada a investimento não auditado sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Conforme descrito na Nota Explicativa no 3.4, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 foram ajustadas considerando os impactos da conclusão da auditoria da investida e demais adequações de prática contábil realizadas pela Administração da Companhia, que foram por nós auditados e com os quais concordamos. Em função da relevância dos ajustes acima mencionados, estamos reemitindo nesta data a nossa opinião, agora sem modificação, sobre as referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Valores correspondentes às demonstrações contábeis do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentados para fins de comparação foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 20 de março de 2014, que conteve modificação: (i) ausência da avaliação dos impactos da depreciação de acordo com a expectativa da vida útil do imobilizado das controladas Companhia Águas de Itapema e Sanetrat Saneamento S.A., (ii) ausência de controle individualizado e documentação suporte sobre ativo intangível da controlada Águas de Santo Antônio S.A. e (iii) ausência do controle individualizado e documentação suporte do ativo imobilizado da Sanetrat Saneamento S.A.. Estes assuntos foram regularizados pelas Controladas no exercício de 2014 e não são mencionados como ressalvas neste relatório.

São Paulo, 30 de setembro de 2015.

CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		91.535	12.307	65.363	11.855	Circulante		6.904	9.383	34.300	30.631
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.479	986	20.294	2.535	Empréstimos e financiamentos	13	388	37	16.179	14.787
Contas a receber	5	268	40	5.211	5.417	Debêntures	14	-	-	993	-
Partes relacionadas	7	70.128	11.125	166	757	Fornecedores		234	600	4.640	4.268
Outros ativos circulantes	6	1.660	156	39.692	3.146	Obrigações fiscais e parcelamentos	15	347	750	4.957	4.197
						Obrigações sociais e trabalhistas		459	203	1.977	1.285
						Demais contas a pagar	16	5.376	5.366	5.420	5.402
						Partes relacionadas	7	100	2.427	134	692
Não circulante		57.292	24.746	169.602	103.557	Não circulante		16.310	5.286	70.830	62.397
Realizável a longo prazo		47.654	21.819	70.131	23.458	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	48.981	53.391
Partes relacionadas	7	-	-	-	166	Passivos diretamente associados a ativos classificados como mantidos para venda	8	10.185	-	164	-
Outros ativos não circulante	6	-	-	15.268	3.173	Debêntures	14	-	-	11.187	-
Ativo classificado como mantido para venda	8	31.867	-	40.853	-	Obrigações fiscais e parcelamentos	15	2.008	1.057	7.682	4.401
Adiantamentos para aquisição de investimentos	9	15.787	21.819	14.010	20.119	Provisão para contingências	17	46	49	2.452	4.605
Investimentos	10	8.034	1.207	-	-	Perda com investimentos	10	4.071	4.180	364	-
Imobilizado	11	1.604	1.720	8.162	2.491	Patrimônio líquido		125.613	22.384	129.835	22.384
Intangível	12	-	-	91.309	77.608	Capital social	18	141.584	48.484	141.584	48.484
						Prejuízos acumulados		(15.971)	(26.100)	(15.971)	(26.100)
						Participações de não controladores		-	-	4.222	-
Total do ativo		148.827	37.053	234.965	115.412	Total do passivo e patrimônio líquido		148.827	37.053	234.965	115.412

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Reais)

	Notas	Controladora		Consolidada	
		2014	2013	2014	2013
Receita líquida nos serviços prestados	19	9.191	2.512	60.066	39.630
Custo dos serviços prestados	20	(3.962)	(757)	(31.245)	(15.713)
Lucro bruto		5.229	1.755	28.821	23.917
Despesas (receitas) operacionais		5.901	(12.200)	(16.017)	(32.869)
Despesas gerais e administrativas	21	(13.046)	(8.550)	(20.391)	(18.432)
Despesas com vendas		-	(876)	(3.507)	(2.433)
Despesas tributárias		-	(8)	(286)	(194)
Outras receitas e despesas		-	-	1.923	-
Resultado com equivalência patrimonial	10.3	3.435	(2.645)	94	-
Compra vantajosa	8	16.377	-	16.377	-
Resultado financeiro	22	(865)	(121)	(10.227)	(11.810)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		11.130	(10.445)	12.804	(8.952)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(341)	(78)	(2.015)	(1.571)
Corrente		(341)	(78)	(2.015)	(1.571)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício proveniente de operações em continuidade		10.789	(10.523)	10.789	(10.523)
Prejuízo do exercício proveniente do ativo mantido para venda líquido de imposto	8	(660)	-	(789)	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		10.129	(10.523)	10.000	(10.523)
Atribuível ao controlador				10.129	(10.523)
Atribuível ao não controlador				(129)	-

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidada	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.129	(10.523)	10.000	(10.523)
Total do resultado abrangente do exercício	10.129	(10.523)	10.000	(10.523)
Atribuível ao controlador			10.129	(10.523)
Atribuível ao não controlador			(129)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais)

	Consolidada						Total
	Controladora				Total	Participação dos acionistas não controladores	
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	100	1.502	690	(16.267)	(13.975)	767	(13.208)
Aumento de capital	48.384	-	1.502	-	46.882	-	46.882
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	(767)	(767)
Absorção da reserva legal	-	-	690	690	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(10.523)	(10.523)	-	(10.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	48.484	-	-	(26.100)	22.384	-	22.384
Aumento de capital	93.100	-	-	-	93.100	-	93.100
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	4.351	4.351
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	10.129	10.129	(129)	10.000
Saldos em 31 de dezembro de 2014	141.584	-	-	(15.971)	125.613	4.222	129.835

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidada	
	2014	2013	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.129	(10.523)	10.000	(10.523)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	263	215	5.245	3.903
Provisão para contingências	(3)	34	(2.153)	449
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	89	46	11.712	11.633
Juros apropriados sobre debêntures	-	-	1.695	-
Juros apropriados sobre parcelamentos	-	-	1.619	-
Rendimento sobre créditos de cédulas imobiliárias	-	-	(2.689)	-
Rendimento sobre títulos de dívidas	-	-	(1.640)	-
Rendimento sobre aplicação financeira	-	-	(531)	-
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	3.050	1.248
Resultado de equivalência patrimonial	(3.435)	2.645	(94)	-
Compra vantajosa sobre aquisição de ativo classificado como mantido para venda	(16.377)	-	(16.377)	-
Prejuízo do exercício proveniente do ativo mantido para venda	660	-	789	-
Resultado com outros investimentos	(2)	621	-	799
(Aumento)/redução nos ativos:				
Contas a receber	(228)	(40)	(2.844)	(1.764)
Demais contas a receber	(1.504)	165	(4.295)	(2.490)
Ativos classificados como mantidos para venda	-	-	(92)	-
Aumento/(redução) nos passivos:				
Fornecedores	(366)	287	372	2.966
Obrigações fiscais e parcelamentos	548	(303)	2.422	4
Obrigações sociais e trabalhistas	256	(153)	692	377
Demais contas a pagar	10	(17)	18	(22)
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	-	9	-
Caixa Líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(9.960)	(7.023)	6.908	6.580
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(147)	(1.446)	(20.670)	(11.311)
Aquisição de títulos de dívidas	-	-	(10.485)	-
Aquisição de cédulas de créditos imobiliários	-	-	(29.000)	-
Adiantamentos para futuras aquisições de investimentos	6.032	(20.119)	6.109	(20.119)
Caixa líquido de aquisição de companhias	-	-	(2.166)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos do ativo classificado como mantido para venda	-	-	2.249	-
Aquisição de ativo classificado como mantido para venda Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	(5.965)	-	(25.101)	-
Aquisição da controlada Conasa SPE S.A.	(9)	-	-	-
Aquisição da controlada Sanetrat Saneamento S.A.	-	(1.700)	-	-
Aquisição de investimento na coligada SC Parcerias - Ambiental S.A.	(190)	-	(190)	-
Aquisição de investimento na coligada Urbeluz Energética S.A.	(3.300)	-	(3.300)	-
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.579)	(23.265)	(82.554)	(31.430)
Terceiros:				
Empréstimos e financiamentos	262	(379)	(14.730)	(14.071)
Debêntures	-	-	10.485	-
Acionistas:				
Empréstimos entre partes relacionadas	(61.330)	(15.318)	199	(6.832)
Participação de não controladores	-	-	4.351	272
Aumento do capital social	93.100	46.882	93.100	46.882
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	32.032	31.185	93.405	26.251
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	18.493	897	17.759	1.401
Caixa e equivalente de caixa				
Início do exercício	986	89	2.535	1.134
Final do exercício	19.479	986	20.294	2.535

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CONASA - Companhia Nacional de Saneamento (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 30 de março de 2007 e tem por objeto social a implantação e a operação de serviços públicos e privados de tratamento de água, esgoto, aterros sanitários, coleta de lixo, execução de serviços de engenharia sanitária, construção civil em geral, em obra própria ou de terceiros, por empreitada ou administração, elaboração de projetos, assessoria e consultoria técnica na área de engenharia sanitária, prestação de serviço e/ou comercialização de produtos e equipamentos relacionados a atividade principal, participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, e a realização de investimentos no mercado em geral.

1.1. Planos da Administração

A Companhia está promovendo uma reestruturação completa, passando a atuar como holding de investimento de seu controlador, em Fundo de Investimento em Participações (FIP).

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Companhia recebeu montantes significativos de aportes de capital injetados pelo acionista, com objetivo de reforçar o capital de giro e efetuar a aquisição de investimentos com foco em infraestrutura e saneamento. O retorno para a Companhia ocorrerá por meio dos resultados positivos destes investimentos e recebimento de dividendos. Foram realizados os investimentos nas empresas Urbeluz Energética S.A. (“Urbeluz”), Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. (“Sanesul”) e Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. (“Envimax”), empresas que atuam no setor de serviços de gerenciamento, manutenção e obras na área de iluminação pública, além da participação acionária na Sanetrat Saneamento S.A. (“Sanetrat”), companhia de prestação de serviço de tratamento de resíduos.

Os acionistas aumentaram o capital social de R\$ 48.484 para R\$ 141.584, como uma forma de proporcionar a Companhia, oportunidade de captar novos recursos para o desenvolvimento de suas atividades, bem como, suprir se necessário, o capital giro de suas investidas, em especial a controlada Águas de Santo Antônio S.A. que apresenta capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo findo em 31 de dezembro de 2014, nos montantes de R\$ 1.638 mil e R\$ 3.584 mil, respectivamente. Os planos da Administração da controlada estão baseados no plano de negócio que prevê fase de investimentos e retorno financeiro da concessão. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A administração da Companhia aprovou a reapresentação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2015.

3. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

3.1. A declaração de conformidade (com relação às normas do CFC)

As demonstrações contábeis da Companhia incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia que foram preparadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Resolução CFC e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Contudo, não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por esta razão, a Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

3.3. Base de Consolidação

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações contábeis de controladas e investidas coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As empresas investidas nessas demonstrações contábeis estão apresentadas da seguinte forma:

	Participação acionária	
	31/12/2014	31/12/2013
Controladas		
Aguas de Santo Antonio S.A.	100%	100%
Companhia Aguas de Itapema	100%	100%
Sanetrat Saneamento S.A.	100%	100%
Conasa SPE S.A.	99,99%	-
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	87,30%	-
Coligadas		
Urbeluz Energética S.A. (*)	18,37%	-
SC Parcerias Ambiental S.A. (*)	48,99%	-

(*)As respectivas Companhias não foram consolidadas nas demonstrações contábeis, pois a Conasa não detém o controle sobre elas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3.1. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.4. Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Visando aprimorar as divulgações das demonstrações contábeis da Companhia, a Administração decidiu reapresentar as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, decorrente aos principais fatores abaixo:

- i) Após a emissão das Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014, datada em 24 de abril de 2015, houveram negociações referente a aquisição da controlada Sanesul Construtora de Saneamento do Sul S.A., onde definiu-se que a Conasa deteria apenas 83,70% do capital social da respectiva investida e não 100% do capital social.
- ii) Reclassificação da mais valia sobre “ativos classificados como mantidos para venda”.
- iii) Reconhecimento de ágio fundamentado em recuperabilidade futura sobre investimento na Urbeluz Energética S.A., no montante de R\$ 3.947, após, conclusão da auditoria sobre as demonstrações contábeis da investida.
- iv) Reclassificação entre circulante e não circulante das debêntures emitidas pela Conasa SPE, no montante de R\$ 11.187, em razão de renegociação realizada.

3.5. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

3.6. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

- **Receitas**

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento com os municípios e empresas privadas.

- **Receitas e despesas financeiras**

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.6.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- **Passivos financeiros**

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

a) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

3.6.3. Ativo circulante e não circulante

▪ Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

▪ Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos das “contas a receber” envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

▪ Adiantamentos para investimentos

Os adiantamentos para investimentos compreendem os valores transferidos para as empresas cuja Companhia demonstra interesse em adquirir participações em capitais. Essas transferências realizadas são feitas após uma avaliação sobre o aspecto financeiro, patrimonial e societário de cada companhia. Essas futuras aquisições são firmadas através de compra e venda ou até mesmo de cessão de direitos de outras companhias. São investimentos que fazem parte das atividades secundárias da Companhia e também uma forma da mesma captar novos rumos para o desenvolvimento de suas atividades.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

▪ **Imobilizado**

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição e/ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a entidade e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

▪ **Intangível**

A Companhia controladora não possui um registro no ativo intangível, pois é uma obrigação apenas em contrato de concessão das controladas.

Os ativos intangíveis destacados nas empresas controladas referem-se aos ativos dos objetos dos contratos de concessão, são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia e reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Doações, em bens para o poder concedente, recebidos de terceiros e entidades governamentais, para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados nas demonstrações financeiras pela Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

▪ **Perda no valor recuperável (impairment)**

Na data de cada fechamento anual das demonstrações contábeis, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

▪ **Método de equivalência Patrimonial**

De acordo com este método, as participações societárias sobre os investimentos em empresas coligadas e em empresas controladas, são reconhecidas no balanço patrimonial pelo método de equivalência patrimonial e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos deste em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações societárias poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

Os ganhos e perdas em transações com estas empresas são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento nessa empresa. As perdas, em excesso ao investimento efetuado nestas empresas, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Todos os investimentos são ajustados às mesmas práticas contábeis adotadas pela Companhia, de forma a apresentar demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes.

3.6.4. Passivo circulante e não circulante

▪ Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

▪ Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas optaram pela apuração do Lucro presumido, exceto a Sanesul, que optou pelo regime de Lucro Real, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição sobre a receita bruta auferida em cada trimestre, acrescido de outras receitas, rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa, variável e ganhos de capital que também compõem a base de cálculo dos impostos e contribuição em cada trimestre determinado pelo regime de competência.

▪ Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

▪ Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6.5. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

a) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.7. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações contábeis consolidadas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **IAS 32** - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32 sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A norma será aplicável desde 1 de janeiro de 2014;
- **IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27** - "Entidades de Investimento", em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2014. A Companhia teve impactos da adoção destas normas revisadas em suas demonstrações contábeis.
- **IAS 36** - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A Companhia não teve impactos da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis;
- **IAS 39** - "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge", em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A Companhia não teve impactos da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.
- **IFRIC 21** - "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em /ou após 1 de janeiro de 2014. A Companhia não teve impactos da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

- **Melhoria anual das IFRS de dezembro de 2013** - em dezembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 12, IFRS 13, IAS 16, IAS 24, IAS 38 e IAS 40. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2014. A Companhia não teve impactos da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

3.8. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

- **IAS 1** - “Apresentação das demonstrações financeiras” - em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou “Iniciativa de Divulgação” (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- **IFRS 9** - Instrumentos financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- **IFRS 14** - Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **IFRS 11** - “Acordos de compartilhamento”, em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.
- **IAS 16 e IAS 38** - “Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização”, em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.
- **IFRS 15** - “Receitas de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 - “Receitas” e a IAS 11 - “Contratos de construção” e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- **IAS 16 e IAS 41** - em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 41 - Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de “Bearer plants” (definidos como “plantas vivas” que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os “Bearer plants” sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis;
- **IAS 27** - “Demonstrações separadas”, em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia adotou de forma antecipada conforme previsto pelo pronunciamento, mas não teve impactos na demonstração contábil individual em 2014;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **IFRS 10 e IAS 28** - em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.
- **Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014** - em setembro de 2014, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas nas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e saldos em conta corrente	6	2	229	602
Aplicação liquidez imediata (a)	19.473	984	20.065	1.933
	19.479	986	20.294	2.535

(a) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorrido. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2014 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 10% do CDI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber de clientes	-	40	293	192
Contas a receber de partes relacionadas	268	-	-	-
Contas a receber de consumidores	-	-	12.715	9.972
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(7.797)	(4.747)
	268	40	5.211	5.417

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias. A PECLD tem representatividade apenas na Companhia Águas de Itapema S.A. e Águas de Santo Antônio S.A. Abaixo, a abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	268	40	3.263	3.583
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-	811	769
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	313	358
Vencidos de 61 a 180 dias	-	-	824	706
Vencidos acima de 180 dias	-	-	7.797	4.748
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(7.797)	(4.747)
	268	40	5.211	5.417

6. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante				
Adiantamento a fornecedores (a)	1.169	125	6.394	2.447
Demais contas a receber	491	31	527	341
Depósitos judiciais	-	-	374	358
Títulos de dívida a receber (b)	-	-	708	-
Cédulas de créditos imobiliários (c)	-	-	31.689	-
	1.660	156	39.692	3.146
Ativo não circulante				
Aplicações financeiras restritas (d)	-	-	3.851	3.165
Títulos de dívida a receber (b)	-	-	11.417	-
Demais contas a receber	-	-	-	8
	-	-	15.268	3.173

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- (a) Adiantamentos realizados a fornecedores para prestação de serviços ou fornecimento de materiais, relacionados à infraestrutura das Companhias.
- (b) A controlada Conasa SPE S.A., adquiriu em 16 de dezembro de 2014, títulos de debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A., por meio de negociação privada. O título é remunerado a juros anual de 6,25% e pela variação do IGP-M. Será amortizado em 120 parcelas mensais, e o primeiro vencimento será dia 26 de junho de 2015 e o último vencimento 26 de maio de 2025.
- (c) A controlada Sanetrat Saneamento S.A. em 30 de maio de 2014 e 05 de agosto de 2014 adquiriu duas cédulas de crédito imobiliário - CCI nos montantes de R\$ 16.500 e R\$ 12.184, respectivamente. Os títulos serão remunerados a juros de 9% a.a. e atualizados anualmente de IPCA. Amortizados em 63 parcelas mensais, o primeiro vencimento foi 01 de outubro de 2014 e o último vencimento será 01 de dezembro de 2019. O recebível foi apresentado no ativo circulante em virtude da Administração prever o resgate antecipado do título.
- (d) As controladas “Companhia Águas de Itapema” e “Águas de Santo Antônio S.A.”, possuem aplicações financeiras, que são garantias aos contratos de empréstimos junto a instituições financeiras.

7. Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm relações e transações relevantes com partes relacionadas e, entre elas, representadas substancialmente por empréstimos financeiros e operações comerciais, cujos valores são pactuados entre as partes, com o objetivo de cumprimento de suas obrigações de curto prazo e atendimento as suas obrigações contratuais, respectivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas. A seguir, os saldos entre partes relacionadas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego, outros benefícios e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

8. Ativo não circulante classificado como mantido para venda

8.1. Informações sobre a aquisição

Em 16 de junho de 2014 a Companhia adquiriu 83,7% do capital social da Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. - "Sanesul", através das negociações abaixo:

- Através contrato de compra e venda de ações, firmado entre a Companhia (denominada compradora) e a Companhia Brasileira Engenharia Participações e Negócio - Cobrapar (denominada vendedora), a Conasa adquiriu 75 % do capital social da Sanesul, o equivalente a 16.817.950 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 4.006;
- Através contrato de compra e venda de ações, firmado entre a Companhia (denominada compradora) e o Jorge Rodrigues Alves (denominada vendedora), a Conasa adquiriu mais 8,70 % do capital social da Sanesul, o equivalente a 1.950.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 1.958.

Em 31 de dezembro de 2014 o investimento foi reclassificado para a rubrica contábil "Ativo não circulante classificado como mantido para venda", em razão da existência de empenho da Administração com o propósito de venda do investimento, e atualizado de acordo com o método de equivalência patrimonial,

8.2. Contexto operacional da investida

A Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A é uma sociedade por ações, de capital fechado, regularmente constituída, que tem como atividade a participação na concessão de Águas de Meriti Ltda., concessão esta dos serviços público no Município de São João do Meriti, no Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 anos para a operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração, e cobrança direta dos serviços de esgotamento sanitário, bem como realizar a prestação de serviços de consultoria e assistência técnicas e obras de engenharia.

Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido negativo	Prejuízo do exercício
Sanesul	2.780	14.949	(12.169)	(1.245)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.3. Compra vantajosa sobre o ativo mantido para venda

	Valor em R\$ mil
Contraprestação transferida	5.965
Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos na adquirida	(1.855)
Valor justo da participação societária detida anteriormente na adquirida	11.380
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis (*)	(31.867)
Compra vantajosa	(16.377)

(*) Vide nota explicativa 8.4.

8.4. Mais valia sobre o ativo mantido para venda

Em 30 de setembro de 2014, através laudo de “Avaliação econômico-financeira da Companhia Nacional de Saneamento - Conasa” elaborado pela Ernst & Young, foi estimado o valor justo da empresa Águas de Meriti, o montante de R\$ 77.700, empresa investida da Sanesul. Abaixo os impactos desta avaliação:

	Participação	
	acionária	Impactos
Estimativa de valor justo da Aguas de Meriti Ltda. (Avaliação EY)		77.700
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. - Participação na Águas de Meriti	49%	38.073
Conasa - Companhia Nacional de Saneamento - Participação na Sanesul - Mais valia sobre investimento	83,70%	31.867

8.5. Reconciliação do Ativo classificado como mantido para venda

A seguir são demonstrados o balanço patrimonial e o resultado do exercício do ativo classificado como mantido para venda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

▪ **Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2014:**

	<u>31/12/2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	54
Demais contas a receber	27
Ativos circulantes classificados como ativo mantido para venda	81
Investimentos	2.599
Imobilizado	93
Intangível	7
Ativos não circulantes classificados como ativo mantido para venda	2.699
Expectativa de valor justo da empresa Águas de Meriti	38.073
Ativo classificado como ativo mantido para venda (Consolidado)	<u>40.853</u>
Fornecedores	5
Obrigações fiscais	45
Demais contas a pagar	114
Passivos circulantes associados diretamente associados a ativo mantido para venda	164
Partes relacionadas	14.785
Passivos não circulantes associados diretamente associados a ativo mantido para venda	14.785
(-) Eliminação de partes relacionadas	(14.785)
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda (Consolidado)	<u>164</u>
	<u>31/12/2014</u>
Ativos adquiridos	40.853
Passivos adquiridos	164
Ativos e passivos líquidos adquiridos	40.689
(-) Participação de não controladores	(4.222)
(-) Partes relacionadas	(14.785)
(-) Expectativa de valor justo da empresa Águas de Meriti	(31.867)
Participação Conasa 83,70%	(31.867)
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda (Controladora)	<u>(10.185)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Demonstração do resultado do exercício do período de 198 dias findo em 31 de dezembro de 2014 da operação descontinuada:

	<u>31/12/2014</u>
Despesas operacionais	
Despesas gerais e administrativas	(773)
Despesas tributárias	-
Despesas financeiras	(17)
Receitas Financeiras	1
Prejuízo do exercício da investida	<u>(789)</u>
(-) Participação de não controladores	(129)
Prejuízo do exercício de operação descontinuada	<u>(660)</u>

- Demonstração do fluxo de caixa do período de 198 dias findo em 31 de dezembro de 2014 da operação descontinuada:

	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo do período de 198 dias findo em 31 de dezembro de 2014	(789)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	
Depreciação e amortização	6
	<u>(783)</u>
Atividades operacionais	
(Aumento) / redução nos ativos	92
Aumento / (redução) nos passivo	(9)
Caixa Líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(700)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Aquisição de investimento	(2.250)
Alienação de imobilizado	1
Empréstimo captado com partes relacionadas	2.995
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>746</u>
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>46</u>
Caixa e equivalente de caixa - Início do período	8
Caixa e equivalente de caixa - Final do exercício	54
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>46</u>
Caixa líquido adquirido	<u>(2.166)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Adiantamentos para Investimentos

Os adiantamentos para investimentos são recursos financeiros adiantados a terceiros ou a investidas com objetivo de futuras aquisições pela Companhia ou aumentos de capital social.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	-	11.010	-	11.010
Conasa SPE S.A.	77	-	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	1.700	1.700	-	-
Urbeluz Energética S.A.	12.200	5.110	12.200	5.110
SC Parcerias - Ambiental S.A.	166	249	166	249
Companhia Brasileira Engenharia Cobrapar	-	3.300	-	3.300
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	1.644	450	1.644	450
	15.787	21.819	14.010	20.119

10. Investimentos

10.1. Composição dos investimentos

		Controladora				
		31/12/2014		31/12/2013		
		Patrimônio líquido da investida (*)	Investimento	Patrimônio líquido da investida (*)	Investimento	
Investimentos (ativo):						
Companhia Águas de Itapema	100%	2.133	2.133	100%	1.207	1.207
Sanetrat Saneamento S.A.	100%	1.954	1.954	0%	-	-
		4.087	4.087		1.207	1.207
Ágio em coligadas						
Urbeluz Energética S.A.	18,37%	-	3.947	0%	-	-
		-	3.947		-	-
		4.087	8.034		1.207	1.207
Perda com investimentos (passivo)						
Urbeluz Energética S.A.	18,37%	(1.174)	216	0%	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	100%	-	-	100%	(481)	481
Conasa SPE S.A.	99,99%	(123)	123	0%	-	-
SC Parcerias - Ambiental S.A.	48,99%	(298)	148	0%	-	-
Águas de Santo Antonio S.A.	100%	(3.584)	3.584	100%	(3.699)	3.699
		(5.179)	4.071		(4.180)	4.180
Saldo líquido de investimento			3.963			(2.973)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2014	
	Patrimônio líquido da	
	investida (*)	Investimento
Perda com investimentos (passivo)		
Urbeluz Energética S.A.	18,37%	(1.174) 216
SC Parcerias - Ambiental S.A.	48,99%	(298) 148
		<u>(1.472) 364</u>

(*) Desconsiderados os saldos de adiantamentos para futuro aumento de capital dos patrimônios líquidos das Companhias.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da adquirida. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da coligada, não sendo ativo intangível seu. No consolidado todos os ágios são registrados como intangível.

10.2. Contexto operacional das controladas e coligadas

10.2.1. Companhia Águas de Itapema (“Águas de Itapema”)

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a implantação e exploração, sob regime de concessão a realização dos serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário do município de Itapema, estado de Santa Catarina, os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias a gestão dos sistemas e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e a sua comercialização, mediante cobrança de tarifa.

O prazo de concessão é de 300 meses (25 anos), contados a partir da data de recebimento da Ordem do Serviço Global, ocorrido em 08 de julho de 2004. A Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados no contrato de concessão. A remuneração será efetuada pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água e esgoto faturáveis e aos demais serviços associados diretamente aos consumidores, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em 30 de maio de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre a Companhia denominada compradora e a Construtora Nascimento Ltda. e Linear Participações e Incorporações Ltda. ambas denominadas vendedoras e acionistas da investida, a Conasa adquiriu 100% das ações destes acionistas, o equivalente a 4.049.731 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, pelo montante de R\$ 696, passando a ter o controle total da Companhia. Em 2013 e 2014, não houve alterações societárias envolvendo as companhias.

10.2.2. Sanetrat Saneamento S.A. (“Sanetrat”)

A companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída em 1 de setembro de 2006, o objeto social é a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento, o beneficiamento e a disposição final de resíduos de qualquer natureza, especialmente industriais e o investimento e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Em 30 de maio de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre a Companhia denominada compradora e a GPI Participações e Investimentos S.A. denominada vendedora e acionista, a Conasa adquiriu 100% das ações deste acionista, o equivalente a 63% do capital social da Sanetrat, 63.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, pelo montante de R\$ 834. Em 2013 e 2014, não houve alterações societárias envolvendo as companhias.

10.2.3. Águas de Santo Antônio S.A. (“Águas de Santo Antônio”)

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a implantação e exploração, sob regime de concessão a realização dos serviços de abastecimento de água do município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro, e foi constituída em 30 de abril de 2004, sobre o regime de sociedade simples limitada.

O prazo de concessão é de 360 meses (30 anos), e a Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados no contrato de concessão. A remuneração será efetuada pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água faturáveis e aos demais serviços associados diretamente aos consumidores, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 15 de janeiro de 2008, a Companhia adquiriu 96% da participação do capital social das Águas de Santo Antônio, o equivalente a 960 quotas no montante de R\$ 96.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Através de Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada no dia 12 de maio de 2008, a Águas de Santo Antônio se tornou uma companhia de sociedade por ações de capital fechado.

Em 30 de maio de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre a Companhia denominada compradora e a GPI Participações e Investimentos S.A., Linear Participações e Incorporações Ltda. e a União Participações e Investimentos S.A. ambas denominadas vendedoras e acionistas de Águas de Santo Antônio. A Companhia adquiriu a participação restante de 4%, o equivalente a 4.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, passando a deter 100% das ações. Em 2013 e 2014, não houve alterações societárias envolvendo as companhias.

10.2.4. Urbeluz Energética S.A. (“Urbeluz”)

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia adquiriu da Companhia Brasileira Engenharia Participações e Negócio - Cobrapar, 18,37% do capital social da Urbeluz Energética S.A., o equivalente a 1.442.144 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 3.300.

Em virtude do patrimônio líquido negativo da investida na data da aquisição, a operação gerou um ágio de R\$ 3.947, fundamentado em rentabilidade futura do próprio negócio da Urbeluz e das suas controladas Alegrete RJ Participações e Caragua Luz S.A. - SPE.

A investida é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 08 maio de 1995 e especializada em construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, no planejamento e na execução de projetos que visam o gerenciamento e o uso racional de energia elétrica.

Além de ser uma Companhia operacional, como mencionado acima, possui investimentos nas sociedades abaixo:

- **Alegrete RJ Participações S.A.:** Companhia constituída em 03 de dezembro de 2013, possui contrato de concessão administrativa com o Município de São João do Meriti, pelo prazo de 25 anos, para gestão do sistema, operação, ampliação e modernização do parque de Iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- **Caragua Luz S.A. - SPE:** Sociedade de propósito específico, constituída em 30 de abril de 2015. Criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade de consumo de energia de iluminação pública. O prazo de concessão será de 13 anos.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 da investida, não foram auditadas, além disso, as análises adicionais desenvolvidas pelos auditores independentes, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2013, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, este assunto foi mencionado como ressalva no “Relatório de dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2014” datado em 19 de agosto de 2015.

Em virtude da Companhia não possuir o controle da Urbeluz, os auditores independentes julgaram que está ressalva não tem impactos no relatório dos auditores independentes da Conasa.

10.2.5. Conasa SPE S.A.

A Sociedade de propósito específico - SPE foi constituída em 09 de maio de 2014, e tem por objeto social realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento, em parceria com sua controladora Conasa.

10.2.6. SC Parcerias - Ambiental S.A.

A Companhia tem por objeto social a implantação, execução de serviços de engenharia sanitária e operação de serviços públicos: tratamento e disponibilização de água potável; coleta, tratamento e destino de esgotos sanitários; operação de aterro sanitário; coleta e disposição de lixo domiciliar, comercial, industrial e/ou hospitalar; prestação de qualquer serviço e/ou comercialização de produtos e equipamentos relacionados às suas atividades principais; assessoria e consultoria na área técnica de engenharia sanitária e realizar investimentos no mercado em geral.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.3. Movimentação dos investimentos

	Controladora					Saldo em 31/12/2014
	Saldo em 31/12/2013	Aquisição	Ágio na aquisição	Equivalência patrimonial do exercício	Reclassificação	
Investimentos (ativo):						
Águas de Itapema	1.207	-	-	926	-	2.133
Sanetrat	-	-	-	-	1.954	1.954
	1.207	-	-	926	1.954	4.087
Ágio em coligadas:						
Urbeluz	-	-	-	-	3.947	3.947
	-	-	-	-	3.947	3.947
Perda com investimento (passivo):						
Sanetrat	(481)	-	-	2.435	(1.954)	-
Urbeluz	-	(647)	3.947	431	(3.947)	(216)
Águas de Santo Antônio	(3.699)	-	-	115	-	(3.584)
Conasa SPE	-	10	-	(133)	-	(123)
SC Parcerias	-	191	-	(339)	-	(148)
	(4.180)	(446)	3.947	2.509	(5.901)	(4.071)
	(2.973)	(446)	3.947	3.435	-	3.963

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2012	Equivalência patrimonial do exercício	Saldo em 31/12/2013
Investimentos (ativo):			
Águas de Itapema	2.364	(1.157)	1.207
	2.364	(1.157)	1.207
Perda com investimento (passivo):			
Sanetrat	(393)	(88)	(481)
Águas de Santo Antônio	(3.378)	(321)	(3.699)
	(3.771)	(409)	(4.180)
	(1.407)	(1.566)	(2.973)

11. Imobilizado

11.1. Composição

	Vida útil (%)	Controladora			31/12/2013 Líquido
		31/12/2014 Custo	31/12/2014 Depreciação	31/12/2014 Líquido	
Instalações	10	10	(7)	3	4
Máquinas e equipamentos	10	603	(227)	376	434
Computadores e periféricos	20	372	(186)	186	210
Móveis e utensílios	10	140	(84)	56	70
Veículos	10	656	(373)	283	302
Softwares e aplicativos	20	2	(2)	-	-
Terrenos	-	700	-	700	700
		2.483	(879)	1.604	1.720

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Vida útil (%)	Consolidado			
		31/12/2014			31/12/2013
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	10	10	(7)	3	4
Máquinas e equipamentos	10	1.376	(547)	829	816
Computadores e periféricos	20	552	(303)	249	238
Móveis e utensílios	10	304	(169)	135	150
Veículos	10	1.546	(1.217)	329	369
Veículos - Utilitários	10	8	(3)	5	7
Softwares e aplicativos	20	2	(2)	-	-
Benfeitorias em imóveis	10	247	(50)	197	207
Terrenos	-	6.370	-	6.370	700
Imobilizado em andamento		45	-	45	-
		10.460	(2.298)	8.162	2.491

Segundo a Administração não há indicadores na Companhia (Controladora) de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

11.2. Movimentação do imobilizado

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2014
Instalações	4	-	(1)	3
Máquinas e equipamentos	434	4	(62)	376
Computadores e periféricos	210	42	(66)	186
Móveis e utensílios	70	1	(15)	56
Veículos	302	101	(120)	283
Terrenos	700	-	-	700
	1.720	148	(264)	1.604

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2014
Instalações	4	-	(1)	3
Máquinas e equipamentos	816	149	(136)	829
Computadores e periféricos	238	84	(73)	249
Móveis e utensílios	150	16	(31)	135
Veículos	376	100	(142)	334
Benfeitorias em imóveis	207	45	(10)	242
Terrenos	700	5.670	-	6.370
	2.491	6.064	(393)	8.162

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

12.1. Composição

	Consolidado			
	31/12/2014			31/12/2013
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Infraestrutura de concessão	103.031	(30.329)	72.702	66.234
Obras em andamento	14.660	-	14.660	11.374
Ágio (Goodwill)	3.947	-	3.947	-
	121.638	(30.329)	91.309	77.608

12.2. Movimentação do intangível

	Consolidado					Saldo em 31/12/2014
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	
	Infraestrutura de concessão	66.234	11.500	(127)	(4.905)	
Obras em andamento	11.374	14.785	-	-	(11.499)	14.660
Ágio (Goodwill)	-	3.947	-	-	-	3.947
	77.608	30.232	(127)	(4.905)	(11.499)	91.309

13. Empréstimos e financiamentos

13.1. Composição

Os empréstimos e financiamentos estão centralizados em Cédulas de Crédito Bancário (CCB), utilizados principalmente como capital de giro da Companhia e suas Controladas.

	Vencimento final	Taxa efetiva	Controladora	
			Circulante	
			31/12/2014	31/12/2013
<u>Empréstimos e financiamentos</u>				
Capital de giro - PRÉ	set/14	20,98%	386	-
Financiamentos de maquinas e equipamentos - PRÉ	jan/15	6,99%	2	19
			388	19
<u>Arrendamentos mercantis financeiros</u>				
Leasing - PRÉ	set/14		-	18
				18
			388	37

CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Consolidada			
			31/12/2014		31/12/2013	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<u>Empréstimos e financiamentos</u>						
Capital de giro - PRÉ	nov/14	22,71%	386	-	60	-
Outros empréstimos e financiamentos		12,00%	492	-	486	-
Cédulas de crédito bancário - IGPM	jun/19	10,50%	15.297	48.981	14.206	53.391
			16.175	48.981	14.752	53.391
<u>Arrendamentos mercantis financeiros</u>						
Leasing - PRÉ	dez/15	22,08%	4	-	35	-
			4	-	35	-
			16.179	48.981	14.787	53.391

13.2. Amortização da dívida

Ano de Vencimento	Controladora	Consolidado
2015	388	16.179
2016	-	13.802
2017	-	13.802
Após 2017	-	21.377
Total	388	65.160

13.3. Garantias dadas

Os empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, avais dos acionistas e aplicações financeiras.

14. Debêntures

	Consolidado 31/12/2014
Debêntures	
Circulante	993
Não circulante	11.187
	12.180

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única da investida Conasa SPE S.A. Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 50.000, sob a forma escritural. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência). Elas estão garantidas por fiança. Até 31 de dezembro de 2014, parte destas debêntures foram escrituradas.

A remuneração das debêntures será de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo da dívida é de 120 parcelas mensais sucessivas, a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024.

É assegurada aos debenturistas a remuneração em razão dos lucros da Companhia, a serem pagos nas mesmas condições de pagamento aos acionistas da Companhia, a razão de 1% sobre o montante distribuído, até o máximo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por debênture, a cada período de 12 (doze) meses, atualizados monetariamente.

Abaixo a amortização da dívida:

	<u>31/12/2014</u>
Vencimento em	
2015	993
2016	1.188
2017	1.188
2018	1.188
2019	1.188
2020	1.188
Após 2020	5.247
	<u><u>12.180</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações fiscais e parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
PIS e COFINS a recolher	34	7	1.366	1.174
Retenção de impostos	94	121	1.182	387
Impostos de renda e Contribuição Social	75	3	1.731	528
IRRF s/ salários	18	10	18	57
ISS a Recolher	-	-	6	65
Impostos diferidos	-	-	211	-
Parcelamento previdenciário	91	316	99	509
Parcelamento federal	35	293	283	1.477
Parcelamento do Refis da Crise	-	-	61	-
	347	750	4.957	4.197
Não circulante				
Parcelamento previdenciário	-	455	57	818
Parcelamento federal	151	602	205	3.583
Parcelamento do Refis da Crise	1.857	-	7.420	-
	2.008	1.057	7.682	4.401
	2.355	1.807	12.639	8.598

Em 22 de agosto de 2014, a Companhia e suas Controladas Companhia Águas de Itapemas e Sanetrat Saneamento S.A., aderiram ao “Refis da Crise”, instituído pela lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014 e alterado pela medida provisória nº 651 de 9 de julho de 2014.

16. Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Sanesalto Saneamento S.A. (*)	5.286	5.286	5.286	5.286
Sanetrat Saneamento S.A. (*)	80	80	80	-
Outras contas a pagar	10	-	54	116
	5.376	5.366	5.420	5.402

(*) Referem-se a adiantamento de clientes sobre prestação de serviços de infraestrutura para a cidade de Salto/SP ocorridos em 2009. A companhia está estudando uma compensação, junto com a emissão da NF nesses valores no ano de 2015. A diretoria está conduzindo este assunto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

A provisão de demandas tributárias refere-se ao débito de ISS sobre as prestações de serviços realizados até maio de 2009 pelo Consórcio Construtor Catarinense mediante o contrato de empreitada global vigente entre as partes e a prefeitura municipal de Itapema considera a Companhia devedora solidária. No entanto, a companhia entrou com um recurso em 2012 e conseguiu diminuir o saldo existente. A dívida continua em processo de execução, mas sem perspectiva de cobrança, no qual os assessores legais entendem que há probabilidade de perda possível em relação ao processo.

As demais ações em aberto decorrem de processos referente a área cível e trabalhistas das empresas controladas e coligadas.

Probabilidade de perda:	Consolidado		
	Cível (a)	Trabalhista	Total
Provável	2.452	-	2.452
Possível	1.451	1.174	2.625
	3.903	1.174	5.077

- (a) Os principais processos contingentes cíveis são contra a controlada Companhia Águas de Itapema, e referem-se indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas.

Probabilidade de perda:	Consolidado			
	Tributário	Cível	Trabalhista	Total
Provável	4.288	245	72	4.605
Possível	49	3.991	207	4.247
	4.337	4.236	279	8.852

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2014, nas controladas foram feitas avaliações sobre os processos em andamentos nas áreas tributárias, Cíveis e trabalhistas das companhias. Através dos assessores legais, foram contabilizados os seguintes valores:

	Consolidado			
	Tributário (a)	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.288	245	72	4.603
Adições e baixas	(4.288)	2.207	(72)	(2.151)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	2.452	-	2.452

- (a) A provisão de demandas tributárias refere-se ao débito de ISS sobre as prestações de serviços realizados até maio de 2009 pelo Consórcio Construtor Catarinense mediante o contrato de empreitada global vigente entre as partes e a prefeitura municipal de Itapema considera a Companhia devedora solidária. No entanto, a companhia entrou com um recurso em 2012 e conseguiu diminuir o saldo existente. A dívida continua em processo de execução, mas sem perspectiva de cobrança.

18. Patrimônio Líquido

18.1. Capital social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 141.584, representado por 141.584.354 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Infra Saneamento Fundo de Investimento em Participações	141.584.354	100%	48.484.354	100%
	141.584.354	100%	48.484.354	100%

A Infra Patrimonial I Fundo de Investimento em Participações através do Termo de Cessão de Ativo firmado em 28 de fevereiro de 2013, cedeu ao Infra Saneamento Fundo de Investimento em Participações, 100% das ações representativas do capital social da Companhia.

18.2. Aumento do Capital Social

Em 19 de dezembro de 2014 o acionista controlador aumentou o capital social da Companhia em R\$ 93.100, aprovado em assembleia geral extraordinária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta de serviços	9.370	2.554	12.757	5.065
Receita de locação de veículos	81	40	81	40
Receita de locação de equipamentos	263	78	263	78
Receita bruta de serviços (saneamento)	-	-	39.030	35.630
Receita de construção	-	-	11.500	212
Receita não faturada	-	-	(543)	543
Cancelamentos	-	-	(545)	(140)
Impostos sobre prestação de serviços	(523)	(160)	(2.477)	(1.798)
	9.191	2.512	60.066	39.630

20. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custos com pessoal	(2.164)	(487)	(5.590)	(3.938)
Custos com materiais e insumos	(349)	(168)	(1.661)	(3.036)
Custos com produtos químicos	(46)	-	(1.235)	(1.028)
Custos com serviços de terceiros	(1.403)	(102)	(4.604)	(2.944)
Custos com amortização	-	-	(4.905)	(3.391)
Custos com energia elétrica	-	-	(1.750)	(1.164)
Custos com construção	-	-	(11.500)	(212)
	(3.962)	(757)	(31.245)	(15.713)

21. Despesas Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Com pessoal	(1.728)	(970)	(4.446)	(2.853)
Com serviços de terceiros	(7.792)	(3.361)	(10.947)	(8.321)
Com viagem	(820)	(394)	(1.051)	(494)
Com locação	(1.095)	(386)	(1.701)	(1.363)
Com depreciação	(263)	(215)	(340)	(512)
Provisões contingências	-	-	-	(601)
Com perda com investimentos	-	(621)	-	(1.838)
Outras despesas	(1.348)	(2.603)	(1.906)	(2.450)
	(13.046)	(8.550)	(20.391)	(18.432)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(89)	(46)	(11.712)	(11.633)
Juros sobre debêntures	-	-	(1.695)	-
Despesas bancárias	(14)	-	(514)	(553)
Juros tributários	(584)	(163)	(1.619)	(450)
Outras despesas financeiras	(340)	(9)	(340)	(27)
	(1.027)	(218)	(15.880)	(12.663)
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicação	162	-	531	348
Juros sobre faturamento	-	-	430	329
Desconto obtido	-	2	9	81
Rendimento sobre cédula de crédito imot	-	-	2.689	-
Rendimento sobre títulos de dívidas	-	-	1.640	-
Outras receitas financeiras	-	95	354	95
	162	97	5.653	853
	(865)	(121)	(10.227)	(11.810)

23. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Contudo, durante o exercício de 2014 e vigentes em datas variáveis em 2015, os contratos de seguros que a Companhia possui são para seu próprio imobilizado.

24. Instrumentos financeiros

24.1 Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Categoria		Controladora			
		31/12/2014		31/12/2013	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	19.479	19.479	986	986
Contas a receber	valor atualizado	268	268	40	40
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	70.128	70.128	11.125	11.125
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	234	234	600	600
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	388	388	37	37
Partes relacionadas	Custo amortizado	100	100	2.427	2.427

Categoria		Consolidado			
		31/12/2014		31/12/2013	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	20.294	20.294	2.535	2.535
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	5.211	5.211	5.417	5.417
Cédula de crédito imobiliário	Valor justo por meio do resultado (*)	31.689	-	-	-
Aplicações financeiras restritas	Valor justo por meio do resultado (*)	3.851	3.851	3.165	3.165
Título de dívidas a receber	Valor justo por meio do resultado (*)	12.125	12.125	-	-
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	166	166	923	923
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	4.640	4.640	4.268	4.268
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	65.160	65.160	68.178	68.178
Debêntures	Custo amortizado	12.180	-	-	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	134	134	692	692

(*) O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

24.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

- (a) **Risco de mercado - Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo;
- (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto o risco de crédito associado a cliente, a Administração julga como risco baixo, pois possuem apenas um cliente, e este é fundamentado por contrato de prestação de serviços com recebíveis mensais fixos;
- (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. Como o contrato de prestação de serviços foi reincidido, para cumprimento das obrigações a companhia necessitará de capital de terceiros para honrar seus compromissos, até a captação de novos clientes.